

Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil *

1. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DA EMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL

Estado instituído há mais de oito séculos, Portugal viu continuamente sair para o exterior partes significativas da população durante mais de metade do período da sua existência; para descobrir novas terras ou para conquistar outros territórios, para colonizar e povoar espaços pouco habitados, para adquirir e vender mercadorias (ou mesmo escravos), ou para trabalhar e sobreviver. Também emigraram para conhecer e para estudar ou para fugir à intolerância religiosa ou a circunstâncias políticas adversas ou ideologicamente inaceitáveis.

Emigrantes por iniciativa própria; programadamente deslocados para as várias partes do Império ao serviço da Coroa; exilados por adversão ao poder — saíram, foram saindo e têm continuado a sair, num processo que, por permanente, se apresenta como estrutural, muito embora as várias conjunturas (políticas, sociais e culturais) se exteriorizem dentro e fora do País, ao longo dos tempos, de modo sempre diverso e sempre renovado.

É sabido como a ambição dos príncipes conduziu à formação de impérios, mantidos tanto pela força das armas como pela pressão subtil dos interesses económicos; pelas astúcias da diplomacia e pelo jogo das alianças juntaram-se ou fragmentaram-se Estados, zonas de domínio militar ou espaços de influência comercial. Mas só os povos com tradição marítima souberam formar impérios para além dos mares e oceanos: Portugueses e Espanhóis e, mais tarde, Holandeses, Franceses, Ingleses (como antes o tinham feito, em mais reduzida escala, Nórdicos, Mouros, Venezianos e Genoveses) viajaram, descobriram e conquistaram, procurando estender as suas zonas de influência política e comercial a outros continentes.

Portugueses e Espanhóis, nas suas grandes viagens do período dos Descobrimentos do século xv, procuravam sobretudo as grandes rotas marítimas para o comércio directo com o Oriente; conseguiram-no os Portugueses, através não só do empenhamento e do esforço humano e material, mas também da inovação científica e tecnológica, que tornou possível a circum-navegação da África, atingindo finalmente as costas sul e sueste da Ásia, divergindo depois para norte, até ao Japão, e para sul, até à Oceânia.

* Este artigo, apresentado ao Congresso Euro-Brasileiro sobre Migrações (Universidade de São Paulo, 1985), faz parte de um trabalho mais vasto intitulado *A Figura do Brasileiro na Emigração Portuguesa*.

Ainda em prolongamento do mesmo esforço, coube aos Portugueses o seu encontro histórico com as terras do Brasil, enquanto, mais a norte, os Espanhóis punham o pé sobre as costas americanas, iniciando depois a sua ocupação e conquista.

Ao contrário da Ásia, organizada politicamente em Estados que só temporariamente (durante cerca de dois séculos) se submeteram às exigências comerciais dos Portugueses, a África e o Brasil, pela insuficiência do seu povoamento, grande inferioridade tecnológica, diversidade de organizações sociais e ausência de estruturas políticas alargadas, foram submetidos, sem dificuldades maiores, à autoridade da Coroa portuguesa.

A ocupação militar dos pontos-chave do Império e a cadeia de aprovisionamento e de apoio ao tráfego marítimo que lhes estava associada deviam mobilizar mais de cem mil pessoas, quando a população total do País rondaria o milhão e meio de habitantes no início do século XVI (V. Magalhães Godinho, 1978).

Esses primeiros «emigrantes» eram homens ao serviço do rei, cumprindo ordens e recebendo soldo; mas o início da colonização e do povoamento do Brasil, desde meados do século XVI, fez aparecer novas categorias de «emigrantes», devido à complexidade de tarefas que desse esforço resultaram:

- Dirigentes, oficiais, técnicos, feitores e demais pessoal administrativo, que constituíam o funcionalismo da nova colónia, como cidadãos ao serviço da Coroa;

- Homens livres que, por decisão própria e devido a condições económicas menos favoráveis na metrópole europeia, procuravam fora desta outras oportunidades de trabalho, visando um enriquecimento rápido que, em muitos casos, os iludiu;

- Finalmente, os emigrantes forçados, como exilados, degradados e, sobretudo, escravos trazidos de África (A. Carreira, 1977), que viriam a constituir a principal força de trabalho manual da colónia.

Trabalho existia, mas também aventura (S. Buarque de Holanda, 1948): nas culturas do tabaco e da cana-de-açúcar; na exploração, pesquisa e ocupação do território, iniciada com as bandeiras logo desde o século XVI e adentro do século XVIII (J. A. Gomes de Melo, 1963); da mineração do ouro e pedras preciosas, que entre o fim do século XVII e 1750 motivou a emigração de cerca de 800 000 portugueses, ao início e desenvolvimento do cultivo do café – foram estas fases importantes da expansão económica do Brasil, associadas a uma progressiva expansão demográfica e a novas oportunidades no domínio administrativo, comercial e industrial.

Quando a corte se desloca para o Brasil, no início do século XIX, pode considerar-se, para todos os efeitos práticos (que não exactamente legais), ter cessado a existência da colónia do Brasil, já que aí sediava o poder substanciado na Coroa.

Os portugueses que emigraram para o Brasil, desde então até à data da independência, ainda beneficiaram do estatuto de nacionais, muito embora os que se dedicaram à faina agrícola, em complemento ou substituição da mão-de-obra escrava, encontrassem condições de vida rigorosas, duro trabalho e incertas oportunidades de enriquecer.

A partir de 1922, o Português junta-se a muitas outras nacionalidades que, como imigrantes estrangeiros, demandaram trabalho e oportunidades no novo país.

O advento das ideias liberais e o desenvolvimento de uma política abolicionista-imigrantista vai ter como consequência, a par da expansão da cultura do café, a atracção de um número sempre crescente de emigrantes europeus (portugueses, italianos, espanhóis, suíços, austríacos, alemães).

Inicialmente dominante, a corrente portuguesa equivale aproximadamente à italiana entre 1875 e 1884, vindo, a partir de então e até 1902, a ser largamente suplantada por esta última. De 1902 a 1931 é novamente portuguesa a corrente dominante, apenas excedida, nos três anos seguintes, por uma maciça emigração japonesa (G. Meneses Cortes, 1958); depois disso, a tendência mantém-se, só declinando quando os Portugueses começam, em alternativa, a emigrar para França¹ e outros países da Europa (Joel Serrão, 1972).

2. O ITINERÁRIO DO MIGRANTE

Dos conceitos operacionais que correntemente se utilizam para descrever ou estudar o processo migratório, quer ao nível colectivo, quer ao nível individual, destacamos a noção de *itinerário*, cujo conteúdo pretendemos fazer ultrapassar o de um mero trajecto constituído por uma sucessão de pontos no espaço geográfico que o emigrante percorre. Sendo-o, também se aplica à sua trajectória social, ao caminhar num projecto de vida, ao transitar por espaços culturais nele entrosados.

Tomando como fio condutor o sentido do fluir do tempo, inicia-se o processo emigratório com o aparecimento de motivações individuais resultantes de situações de carência no plano interno do País e de oportunidades, reais ou enganosas, que se lhe oferecem no exterior.

A viabilização do processo depende do enquadramento legal vigente, ou da possibilidade de iludi-lo.

Entre a intenção de emigrar e a sua efectiva concretização ocorrem preparativos de partida, a viagem e, enfim, a chegada. Entregue a si próprio ou dispondo de algum enquadramento, o emigrante enceta o processo de fixação, confrontando-se com outros homens, outra sociedade, outras culturas.

A coincidência ou a divergência entre um projecto inicial e aquilo que a realidade proporciona a cada um não são medidas de sucesso ou de insucesso: os planos de vida e os objectivos formulados tendem a evoluir perante o confronto com as oportunidades e com as realizações. Mas, em cada momento, as linhas gerais desse projecto individual determinam as formas de interacção com o país de origem e a atitude genérica em relação à sociedade envolvente e, em consequência, as respostas dessa sociedade a tal atitude.

Do balanço, efectuado em cada instante, entre o realizado e o que falta conseguir; entre as raízes lançadas em nova terra e as que se deixaram, ou se alimentaram, na pátria de origem; entre a problemática do imediato e os diferentes futuros que lhe estejam abertos – desse balanço resultará, em dado momento, uma decisão, ou alongar-se-á o período das decisões adiadas.

Entre o regressar e o ficar são possíveis todas as gradações do ir continuando. No caso da emigração portuguesa para o Brasil (e aqui confinaremos

¹ 1963 é o ano da viragem: em 1962, das 33 539 saídas de Portugal, 13 555 destinavam-se ao Brasil e 8245 a França; no ano seguinte, para um total de 39 519, destinaram-se ao Brasil 11 281 emigrantes, contra 15 223 para França. Em 1966, por exemplo, aqueles números tornaram-se, respectivamente: 120 239, 2607 e 73 419.

esta análise ao período pós-independência dos séculos XIX e XX), a motivação de partida mais generalizada é a relacionada com os problemas do foro económico. Como já referia Oliveira Martins em 1890 (O. Martins, 1956, p. 216), o aumento enorme da nossa emigração era resultante do agravamento da crise em Portugal: a carestia da vida, o peso dos tributos e encargos hipotecários, a excessiva fragmentação do solo (principalmente no Minho, de onde provinha a maior parte da emigração continental).

Juntem-se, para além destas razões estruturais, algumas das conjunturais, como, na época referida, a ruína da viticultura e o cerceamento das obras e empregos públicos, devido à crise financeira do Estado. Mencionem-se ainda, como motivações de carácter positivo, o exemplo da fortuna dos repatriados², bem como os dinheiros enviados para as terras de origem dos emigrantes, como pecúlio a amealhar ou como suporte e ajuda de familiares ali residentes.

Em síntese, diremos que as motivações de partida mais generalizadas eram (como são ainda hoje) predominantemente de raiz económica, mas associadas a todo um clima psicossociológico que se tece em torno de uma «vontade de sair»³.

Por outro lado, a análise de mais de um século de emigração portuguesa (já que para tempos mais remotos escasseiam dados quantitativos e também qualitativos) mostra que, desde o momento em que se cristaliza a intenção de partir, o emigrante é, na generalidade, acompanhado, ao longo do seu itinerário geográfico e temporal, pelo desejo (ou intenção potencial) de regressar um dia ao seu país de origem:

O que no início o emigrante naturalmente não estará em posição de avaliar é o tempo que medeia entre os dois pontos que constituem o princípio e o fim do seu itinerário migratório, iniciado com o acto da primeira saída; deixa em aberto a altura do regresso, sempre imaginado como certo, mas sem data precisa de concretização...

O processo de socialização que encetou num outro contexto – o de origem – e as vivências que nele partilhou sofrem rupturas drásticas na situa-

² *Repatriação, retorno, regresso*: as palavras designam a mesma situação dinâmica de movimento de quem está fora de um âmbito ou contexto e nele volta a inserir-se. Nos fins do século XIX utilizava-se a expressão «repatriação» referindo os emigrantes que retornavam ao País, por contraposição a «expatriação», esta designando o estado daqueles que no estrangeiro se viriam a radicar. Em 1973 distingue-se legalmente entre repatriação (o regresso ao País de cidadãos portugueses emigrados desde que aquele se efectue total ou parcialmente por conta do Estado) e retorno (regresso ao País de cidadãos portugueses emigrados quando o fizessem a expensas suas). Isto é, a segunda designação denota regresso voluntário, livre e autónomo, enquanto a primeira se refere a um regresso compulsivo devido a casos de clandestinidade, de doença grave ou de desinserção social – do que resultava, em geral, uma situação económica destituta. O termo «regresso» é, no momento presente, emocionalmente preferível ao de «retorno» por razões que se ligam à memória dolorosa do êxodo forçado e maciço de portugueses radicados nas antigas possessões portuguesas que alcançaram a independência em 1975, os quais foram então designados por «retornados». (M. B. Rocha-Trindade, 1983.)

³ Por muito pormenorizado e alargado que se construa um inquérito sociológico para determinação das várias ordens de causas da emigração, estas só se tornam suficientemente explícitas por via de estudos em profundidade: estudos de casos e histórias de vida. Verifica-se então que as emulações individuais, os desejos de afirmação pessoal e familiar, a vontade de promoção no seio da comunidade são frequentemente motivações tão poderosas como a necessidade económica de melhorar as condições materiais de vida ou de assegurar um melhor futuro para os filhos.

ção de imigração. Ultrapassam-se as simples descontinuidades de território para se cair na complexidade de um novo quadro de trabalho profissional, na teia de uma estrutura social diferente, onde o poder se atinge pelo planeamento de estratégias ignoradas, onde a comunicação é pautada por códigos diversos e veiculada até por uma linguagem gestual e oral desconhecidas.

E a alteração dos referenciais que toma para a gestão da sua vida, a amplificação gradual das aspirações que desenvolve, o avanço de posição que tomam os objectivos finais que se propôs atingir, tornam impossível ao emigrante precisar, ao longo da sua vivência em país de imigração, um regresso definitivo. Regresso que passa a tomar formas de desejo constante, subjacente a uma situação sucessivamente adiada, que se desloca no tempo ao abrigo de razões funcionando em jeito de autojustificação. Essas razões servem de justificativo perante os grupos de nacionais a quem continua a estar ligado (dentro e fora do País), a despeito dos laços que mantém com o lugar onde nasceu e foi criado, do qual não se separou completamente, e cujo afastamento afirma ser de natureza temporária e reversível. [M. B. Rocha-Trindade, 1983, pp. 8-9.]

Assim, e consoante a decisão que venha a ser finalmente tomada, distinguem-se os itinerários *lineares*, que ligam num único sentido os pontos de partida no país de origem aos de fixação definitiva no país de acolhimento (muito embora possam assumir formas angulosas, significando vários pontos intermédios de fixações não definitivas), e os itinerários que designaremos por *circulares*, ou fechados, como aqueles em que, tarde ou cedo, o emigrante regressa de todo à sua pátria.

Este modelo puramente formal dos dois tipos extremados de itinerário migratório não é suficiente para descrever e abranger a totalidade das situações reais. Desta forma, encontram-se casos (e isto tanto no passado, como nas correntes mais recentes da emigração) em que o regresso se não assume como definitivo, sendo cortado por novas estadas, mais ou menos prolongadas, no país de imigração; ou, inversamente, radicações «definitivas» que na realidade o não são, pelo regresso frequente à terra de origem. Ora, se tal se poderia considerar como particularmente incómodo no tempo das longas viagens transatlânticas, esse obstáculo veio progressivamente a perder peso com o advento de novos meios de transporte, cada vez mais cómodos e rápidos. Além disso, e pondo de lado os casos mais raros de repatriação compulsiva, é de considerar que o Brasil constituiu, pelo menos desde a sua independência, o destino mais favorável possível para a fixação de emigrantes portugueses.

País gigantesco, dotado de imensos espaços por desbravar ou ocupar, senhor de riquezas naturais diversas, abundantes e inexploradas e com uma população que, apesar de um crescimento muito rápido, ainda hoje não é suficiente para todo o potencial do seu território, seria naturalmente a sede indicada para uma imigração de povoamento e de desenvolvimento. As políticas dos sucessivos governos brasileiros, em reconhecimento do facto, foram quase sempre favoráveis à fixação de novos colonos (Júlio de Revoredo, 1934), sobretudo daqueles que se propusessem ao cultivo da terra – o que nem sempre era o caso dos imigrantes portugueses (V. Magalhães Godinho, 1971, p. 38)⁴.

⁴ Segundo o autor referido, o português que emigrou no século XIX ia trabalhar quer de enxada quer como marçano ou caixeiro. Os que triunfavam no labor agrícola ficavam

Por parte destes últimos era mais fácil a adaptação a um país de que se conhecia e falava a língua, em que se praticava a mesma religião e em que as duas culturas se reconheciam, mesmo que uma delas transformada, por via de uma comum ancestralidade. Privilegiados pelo peso numérico, pela solidariedade dos já estabelecidos e pelas cadeias de apoio social e cultural por eles construídas, os Portugueses sempre consideraram naturalmente o Brasil como uma pátria alternativa.

Assim sendo, muitos foram os que, ao longo dos tempos, por essas terras se ficaram. Durante o século XIX, Oliveira Martins estima apenas em cerca de 50 % o número dos emigrados para o Brasil que acabaram por regressar a Portugal. Depois, a percentagem dos regressados diminuiu consideravelmente para números da ordem dos 10 % no princípio do presente século.

3. «O BRASILEIRO»

Talvez seja indício da especial capacidade que os Portugueses têm manifestado, ao longo de toda a sua história, para se adaptar a diferentes contextos sociais, culturais ou políticos, mesmo quando neles se encontram em posição numérica minoritária, a facilidade com que tendem a adoptar comportamentos, hábitos e maneirismos dos povos com quem convivem por período suficientemente prolongado. Observa-se em muitos casos que tal resulta de uma intenção mais ou menos consciente de assumir um mimetismo cultural nos países onde vivem e, se retirados desse contexto, como, por exemplo, em ocasião de estada em Portugal, quase se poderia apodar de vaidade a atitude com que exteriorizam as diferenças que adquiriram.

Existindo, no Portugal de hoje, portugueses radicados em muitos e diferentes países do mundo, não deixa de causar alguma admiração o poder-se, com certa aproximação, detectar-se a região ou país para onde emigraram pela simples observação da aparência exterior com que se apresentam, por exemplo, durante o período de férias de Verão em Portugal. O corte de cabelo ou do bigode; o estilo das camisas ou o tácio do calçado; o padrão e modelo de vestuário – constituem, embora não necessariamente por acto consciente, formas de identificação diferenciadas com o país de imigração.

Porém, é na observação do convívio destes visitantes especiais com os seus conterrâneos residentes em Portugal que se verifica o assumir completo da situação de emigrado em país estrangeiro e com os «falares» de lá característicos. Pelas interjeições e saudações, pela linguagem gestual, pela intromissão de numerosas palavras que se não ouvem em Portugal, ou até pela utilização intencional do sotaque e das variações dialectais características do país que os acolheu, dir-se-ia que muitos dos migrantes portugueses pretendem assim mostrar uma relação estreita com esse país, modo talvez de exteriorizar uma elevada capacidade de adaptação.

Não é assim de estranhar que seja, hoje em dia, muito habitual que se chamem em Portugal os emigrantes pelo nome correspondente aos países onde residem: os «franceses», os «alemães», os «americanos», os «brasileiros», consa-

por lá, investindo na terra ou passando ao pequeno comércio. Os que triunfavam no comércio de retalho e depois juntavam pecúlio regressavam a comprar terras e casas na mãe-pátria.

grando uma identificação que parece ser tão aceite pelo designante como pelo designado ⁵.

Não deve a situação que referimos ser diferente da que se verificava há um século, pois que disso existe evidência, quer escrita, quer remanescente na tradição oral: sendo o Brasil o destino mais significativo da emigração portuguesa do século XIX e primeira metade do século XX ⁶, abundam as referências aos «brasileiros», bem como aos vestígios culturais por via deles importados para Portugal.

Podemos localizar com uma relativa precisão a época de início (ou, pelo menos, de maior vulgarização) da utilização do termo «brasileiro» no sentido que indicamos. Se bem que as menções à emigração e ao fenómeno migratório sejam, como é natural, muito mais antigas, uma das primeiras referências *científicas* que conhecemos do termo «brasileiro» é de Alexandre Herculano, numa carta de Dezembro de 1873, dirigida ao conselheiro José Bento da Silva ⁷ e com a definição que transcrevemos:

A denominação de *brasileiro* adquiriu para nós uma significação singular e desconhecida para o resto do mundo. Em Portugal, a primeira ideia talvez que suscite este vocábulo é a de um indivíduo cujas características principais e quase exclusivas são viver com maior ou menor largueza, e não ter nascido no Brasil; ser um homem que saiu de Portugal na puerícia ou na mocidade mais ou menos pobre e que, anos depois, voltou mais ou menos rico. [Alexandre Herculano, 1873.]

Vejamos agora o ponto de vista do governador civil do Porto, em resposta a um questionário elaborado pela Comissão de Inquérito Parlamentar sobre as Causas da Emigração e Meios de as Remover ou Atenuar (1872):

[...] A respeito deles [os que se dedicam ao comércio] não tenho por desvantajosa a emigração, pois voltam com capitais que empregam no País e com que desenvolvem a riqueza pública. Nesta província fácil é de notar este facto, pois as melhores propriedades que se encontram, ou os prédios que de novo se constroem, quase todos pertencem a estes indivíduos, que no Brasil são chamados portugueses e entre nós brasileiros.

⁵ A comparação pormenorizada de dois dos estereótipos mais representativos da emigração portuguesa, o «francês» da corrente intra-europeia da segunda metade do século XX e o «brasileiro» do século XIX, constituiu objecto da lição de provas públicas de concurso do autor para professor agregado (Sociologia) na Universidade Nova de Lisboa, em 1983. Algumas das ideias expostas na presente comunicação tiveram génese nessa lição, nomeadamente no que respeita às casas de «brasileiros» em Portugal.

⁶ É evidente que existem muitas referências à emigração para o Brasil em datas anteriores ao século XIX (veja-se, por exemplo, Paul Teyssier, 1983). No entanto, a designação de «brasileiro» é característica do período pós-independência, tendo antes disso o emigrante regressado à designação de «mineiro», por razões óbvias. Com este termo aparecem nomeadas personagens no teatro popular português do século XVIII.

⁷ Incidentalmente, um dos homens públicos ligados ao projecto do *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa, pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1873, 511 pp. Trata-se este de um trabalho sistemático em que, como é óbvio, a emigração para o Brasil constituiu a parcela de maior destaque.

O estudo destas e doutras referências da mesma época evidencia o facto curioso de, em Portugal, o «brasileiro» ser o emigrante regressado do Brasil quando *abastado*, e não a categoria genérica que fosse irrespectiva do sucesso. Para tal pode ter contribuído uma dupla razão de tipo comportamental, que faria alardear a origem brasileira da sua fortuna aos que a conseguiam, a título de distinção e prestígio pessoal; e esconder essa origem quando o balanço do tempo e do esforço consumidos no Brasil se tivesse saldado negativamente. Assim seriam socialmente aparentes os «brasileiros» a quem a sorte sorrisse, sendo «invisíveis» todos os outros.

Porque da construção de um estereótipo, afinal, se está a tratar, referiremos ainda que para ela contribuíram não só os meios de comunicação de massas da época (sobretudo jornais regionais e locais), como ainda o retrato mais ou menos fiel destas figuras de «brasileiros» que os romancistas do quotidiano social, característicos da época, repetidamente foram desenhando. E tanto assim é, que ainda hoje a designação de «brasileiro» mantém, fora do contexto que a originou, exactamente a mesma substância. Veja-se, por exemplo, o que consta na grande *Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, edição de 1978:

Brasileiro [...] N. m., p. ext.: Indivíduo que esteve no Brasil e que de lá voltou com mais ou menos dinheiro; refere-se geralmente ao homem rico [...]

É destes homens ricos e, por via disso, poderosos que provêm muitos dos refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil. Regressados a Portugal, ou simplesmente aí de visita às suas terras ou aos seus familiares, que pobres os tinham visto partir, desejaram afirmar-se, salientar-se, distinguir-se; construíram e esbanjaram, mas também, à custa de uma generosidade talvez nem sempre desinteressada, espalharam o seu nome e a sua imagem em pequenos povoados e em grandes terras do seu país de origem; conquistaram distinções, benesses, influência, nobreza. E hoje, muitos anos passados, fomos ainda reencontrá-los, bem marcados na pedra e na memória das gentes.

4. INSERÇÃO E DESINSERÇÃO SOCIAL E CULTURAL

Os «brasileiros» tiveram uma importância inegável na vida portuguesa na segunda metade do século XIX, importância que transborda ainda para o presente. Evidência disto constituem os traços materiais que deixaram na paisagem, as meritórias obras de beneficência que lançaram (e que perduram), as potências económicas que fundaram e que, em certos casos, foram continuadas pelos seus descendentes.

Porém, a sua passagem por este mundo foi também assinalada de modo muito diferente, através da memória que deixaram nos seus conterrâneos e, sobretudo, pela frequência e intensidade emocional com que são assinalados os descritos mais demoradamente na literatura da época. Tal não pode deixar de resultar de um significativo impacte social que a sua personalidade, de muitos singulares tornados em colectiva, exerceu nas mentalidades e nos costumes.

Para compreender um pouco melhor os traços estereotipados que hoje somos capazes de recolher, imaginemos o contraste entre o emigrante que partiu para o Brasil e o mesmo que de lá regressou endinheirado, anos ou décadas depois.

Em muitos casos, saído jovem ou criança, frequentemente entregue a si próprio, apenas à atenção de um próximo familiar ou de um vago conhecimento estabelecido no Brasil⁸; filho de família numerosa, empurrado pela pobreza dos pais, residentes nas províncias agrícolas da metade norte do País, quicá empenhados para pagar o custo da passagem.

Se diligente e sério, passou talvez de marçano e moço de recados a empregado de balcão. Amealhou; ganhou parte do negócio em sociedade ou estabeleceu loja por conta própria; amadureceu; prosperou; enriqueceu. Homem de meia-idade, vem de visita ou de regresso a Portugal, com negócio montado ou com carta de crédito em bancos internacionais; reencontra a sua terra; mas esta só a muito custo o reconhece a ele, pois não lhe vê nada de comum com o jovem desprovido que há muito tempo partiu, diferente pela idade, pela aparência, pelos hábitos, pelos modos e pelo falar, mas sobretudo – sobretudo – pelo poder que lhe advém da sua fortuna.

Por outro lado, ao «brasileiro» não basta já o simples reencontro com a memória doce-amarga do passado: em nome dessa memória, por generosidade ou por ostentação, distribui benesses, funda obra que permaneça em favor das crianças, ou dos pobres, ou dos doentes. Torna-se assim personagem influente no círculo local, provavelmente regional, talvez até ao nível nacional. Condecorado ou nobilitado, fará ainda chegar a sua influência ao círculo da política ou dos ministérios de Lisboa; falam dele os jornais e as gazetas, referem-no a propósito do palacete que construiu, da obra que desenvolveu.

Junto dos seus, na sua terra, infunde certamente admiração, talvez respeito, mas também alguma inveja, ainda que inconsciente; muita incompreensão; uma real desinserção, como só conhecem aqueles que, tendo já sido da mesma igualha, se apresentam, de súbito, como pertencentes a um mundo radicalmente diferente.

Noutros meios que o «brasileiro» de regresso passou naturalmente a frequentar, onde as fortunas antigas se identificam com a cultura da alta burguesia da época, onde o gosto dominante é ditado pelos padrões europeus de Londres e de Paris, a sua figura de novo-rico, de *parvenu*, agravada por uma imagem tropicalizante e pela falta de uma educação formal e académica, tornam-no saliente, deselegante, até ridículo – e tanto mais quanto maior despeito a sua boa fortuna despertar.

Todo o estereótipo tende a mostrar traços acentuados, radicalizados, caricaturados; daí que a imagem que nos chega por via literária deste «brasileiro» puramente genérico e conceptual seja essencialmente cruel:

Segunda e não menos importante personalidade era a do Sr. Eusébio Seabra, chamado por antonomásia – o brasileiro. Era um homem de 50 anos; bem figurado e sizudo, de falar compassado e com os seus quês de oráculo, frases sentenciosas e ares de protecção a todo o mundo.

Saíra criança da aldeia e fora tentar a fortuna no Brasil. Por lá esteve quarenta anos e voltou o homem grave que vemos e rico. O como enriqueceu não sei, e ninguém na terra o sabia. Veio edificar uma casa no sítio em

⁸ Segundo os dados do *Primeiro Inquérito Parlamentar* (1873) e tomando por exemplo a imigração portuguesa no decénio de 1862-72 na província da Baía, para um total de 1498 imigrantes, 845 são caixeiros com idade entre 11 e 25 anos (p. 135). Segundo o relatório do Consulado de Portugal no Pará, as idades mais frequentes dos imigrantes são as de 12 a 14 anos e as menos frequentes as de 30 para cima (p. 140).

que crescera, uma casa grande, de cantaria e azulejo, com três andares e varandas, jardins com estátuas de louça e alegretes pintados de verde e amarelo [...]

As ambições de Eugénio Seabra limitavam-se a vir a ser a primeira personagem de influência na aldeia. Para isso principiou por fazer alguns reparos na igreja paroquial, presenteou com vestidos novos todos os santos dos altares e mandou renovar um sino que havia doze anos tocava a rachado. [Júlio Dinis, 1868.]

É do mesmo autor, cujo sucesso em Portugal se deveu ao despertado interesse pelo romance de actualidade, de que foi um dos introdutores, uma referência anterior às casas de «brasileiro», que saborosamente descreve:

No Porto, o bairro oriental é principalmente brasileiro, já mais procurado pelos capitalistas que recolhem da América. Predominam neste umas enormes moles graníticas a que chamam palacetes; o portal largo, as paredes de azulejo – azul, verde, ou amarelo, liso ou de relevo; o telhado de beiral azul; as varandas azuis e douradas [...]; portões de ferro, com o nome do proprietário e a era da edificação em letras também douradas; abunda a casa com janelas góticas e portas rectangulares e de janelas rectangulares e portas góticas, alguma com ameias e o mirante chinês. Pelas janelas quase sempre algum capitalista ocioso. [Júlio Dinis, 1867.]

De 1874 retemos uma referência importante, por se tratar de obra erudita – *No Minho* –, estudo ensaístico publicado por D. António da Costa, de onde se respiga o seguinte:

Entre as classes aristocráticas e as populares levanta-se uma entidade que tem lugar distinto e que representa um elemento notável. É o brasileiro.

Não são conhecidos senão por brasileiros os nossos compatriotas das províncias do Norte que, indo ao Brasil granjear haveres pelo seu trabalho, regressam à Pátria.

Desconhecer que o brasileiro está representando no progresso minhoto um papel característico seria faltar ao que se deve à observação, e até uma injustiça. Nem podia deixar de o representar, averiguado que regressa anualmente um grande número dos nossos antigos emigrados e que, também anualmente, sobem a três mil contos de réis as quantias que entram em Portugal conquistadas pela emigração.

É inegável este progresso. Os bancos das principais terras do Minho devem-se em parte àqueles nossos conterrâneos, assim como algumas escolas. Nas povoações urbanas e rurais são raros os palacetes novos e alinhados que não pertençam a brasileiros. A propriedade campestre encarece prodigiosamente, porque, ao voltarem às suas localidades, compram-na por preço exorbitante, valor estimativo que lhe ligam, e, enquanto não regressam à Pátria, muitos deles mandam mesadas às famílias. O brasileiro invade assim a sua província e imprime-lhe um certo cunho especial.

A importância e evidência da figura do «brasileiro» na sociedade portuguesa no último quarto do século XIX parece ainda ganhar nova força através da insistência com que o mais prolífico dos nossos românticos, Camilo Castelo Branco, o fez aparecer nos seus enredos ou nas atmosferas sociais que

tão vivamente soube descrever. Não se trata, porém, apenas de uma personagem risível, mas absolutamente grotesca: fisicamente repelente, ignorante e pretensiosa, moralmente rebaixada.

Em *Anos de Prosa* (1863), *Os Brilhantes do Brasileiro* (1869), *Eusébio Macário* (1879), *A Corja* (1880), *A Brasileira de Prazins* (1882), aquela é uma triste figura em quem Camilo parece concentrar todo o seu desdém e malevolência. E não o fazia por inconsciência, conforme ressalta deste trecho de *O Que Fazem Mulheres* (1858):

Não querendo eu, nem por sombras, indispor contra os meus fiéis escritos o império do Brasil, peço ao meu sizado editor que faça estampar o seguinte epílogo deste capítulo: João José Dias [brasileiro] adquiriu com exemplar probidade os seus bens de fortuna. Foi bom filho. [...] Que mais virtudes querem ou mais encómios a um bom carácter? [...] Do Brasil vem muita gente galante. Tenho na pasta um esboço de romance onde figuram quatro brasileiros bonitos. Hão-de ver com que isenção de ânimo se escreve nesta província das letras. Acabou-se o epílogo e preveniu-se uma crise literária no Brasil.

Com a agudeza de espírito de observação e de análise que melhor caracteriza os escritos de Eça de Queirós, o «brasileiro» retratado pelo romantismo é colocado em perspectiva mais correcta. No prefácio que escreve para *O Brasileiro Soares*, de Magalhães Lima (1886), lê-se, nomeadamente:

Há mais de trinta anos, em novela, em poemeto, o romantismo (ou, antes, o maneirismo sentimental que entre nós representou o romantismo) tem utilizado o brasileiro como a encarnação mais engenhosa e mais compreensível da sandice e da materialidade. Sempre que o enredo (como se dizia nesses tempos vetustos em que as Musas viviam) necessitava um ser de animalidade inferior, um boçal ou um grotesco, o romantismo lá tinha no seu poeirento depósito de figuras de papelão, recortadas pelos mestres: o brasileiro já engonçado, já enfardelado, com todos os seus joanetes e todos os seus diamantes, crasso, glutão, manhoso e revelando flacidamente na linguagem mais bronca os sentimentos mais sórdidos. Bastava só colar-lhe na nuca um nome bem plebeu, arranjar-lhe uma aldeia de origem que cheirasse bem a curral, atirá-lo para o meio de páginas trémulas e regadas de lágrimas – e ele começava logo a ser bestialmente burlesco e a enojar os delicados. [...] Não por um justo ódio social contra um inútil que engorda, mas por aversão romanesca ao burguês positivo, videiro e ordeiro que não lê versos, que se ocupa de câmbios, que só olha a Lua quando ela anuncia chuva [...] [O brasileiro] era do Minho como o vinho verde. Ora o romantismo, que, sendo triste, amou sempre essa província verde-triste, encontrava lá o brasileiro constantemente na feira, na romaria, na igreja, na várzea, na vila [...] Assim, profusamente, acotovelando por essa província brasileiros inumeráveis, vira-os de todos os feitios exteriores: secos, obesos, de barba, rapados, miudinhos, espadaúdos, calvos, guedelhudos, fracos e fortes como os bois do Barroso. Vira-os, homens vários, com as várias, múltiplas qualidades humanas: bons e velhacos, ridículos e veneráveis, generosos e torpes, finos e suínos... que importa! o romantismo deduzira uma vez, do seu ódio à acção e ao «homem que sua», um tipo simbólico de brasileiro gordalhufo e abrutado – e assim o apresentava invariavelmente.

Não poderíamos escolher melhores palavras para transitar da literatura e da ficção⁹ para o universo das pessoas reais, diversas, multifacetadas, inconfundíveis com uma média ou com um estereótipo. Porque também de outras províncias¹⁰ (que não só do Minho) foram e voltaram portugueses do Brasil; nem todos partiram totalmente desprovidos, nem só os de meios rurais o fizeram. Havia negócios constituídos entre as duas costas do Atlântico; relações políticas ou familiares, intercâmbios de natureza cultural. Viajava-se entre os dois países e num e noutro se realizaram estadas mais ou menos longas, sem que, ao partir, a miséria o determinasse e só o novo-riquismo permitisse o regresso.

Tomamos como exemplo entre muitos o conjunto de notícias, comentários ou ensaios referentes à estreita interação luso-brasileira que se verificava nos últimos decénios do século XIX e que constituíam uma parte substancial da gazeta de carácter cosmopolita *A Ilustração* (com o início da publicação em 1840). Designando-se em cabeçalho como «Revista Universal Impressa em Paris», era editada em Lisboa por David Corazzi, que desempenhou as funções de gerente para Portugal e Brasil.

As ilustrações, de boa qualidade e grande formato, repartem-se equilibradamente entre terras de França, Brasil e Portugal; os assuntos abordados são principalmente portugueses e brasileiros, com algum peso, neste último caso, para a colónia de portugueses além-Atlântico e a problemática genérica da emigração. Inclui acontecimentos sociais em Lisboa, no Porto ou no Rio; recensões de livros em língua portuguesa oriundos de qualquer dos países; visitas de políticos, de escritores, de artistas; coluna social com encontros, festas, falecimentos; estatísticas de imigração no Brasil, contos sobre matérias de migrações, fotografias de cenas de partida ou de chegada de emigrantes.

A impressão que desta leitura ressalta é a de uma interação forte entre as camadas cultivadas e socialmente dominantes dos dois países, produzida numa base de simetria e de mútuo respeito, com consciência da importância que, em cada plano nacional e na relação bilateral, tiveram e têm os emigrantes portugueses para o Brasil.

Um longo caminho percorrido, afinal, desde a amarga controvérsia portuguesa dos anos 70 sobre os malefícios da emigração para o Brasil¹¹ e a ferocidade dos retratos camilianos do «brasileiro» regressado.

Para além dos vestígios de «brasileiros» que encontrámos nas páginas de documentos políticos, literários ou de informação, vestígios de outra ordem remanescem à vista do observador desinteressado ou do investigador escrupuloso. Não os encontraremos na metade sul do País, pois que aí a emigração para o Brasil não teve expressão numérica como fenómeno alargado; também é difícil localizá-los nas grandes cidades, onde tanto o camartelo do demolidor,

⁹ Sobre este assunto consulte-se ainda Guilhermino César, 1969.

¹⁰ Em *Fomento Rural e Emigração*, Oliveira Martins, 1891, verificam-se números dominantes de emigrantes para o Brasil no Minho, Beira Alta, Estremadura, Açores e Madeira entre 1866 e 1889. A tendência mantém-se, por exemplo na década de 1901 a 1909, com taxas de emigração (emigrantes por milhar de habitantes) mais elevadas para os distritos dos Açores, Aveiro, Vila Real, Bragança, Funchal, Viana do Castelo, Porto, Viseu, Coimbra e Guarda, por ordem decrescente de importância (Afonso Costa, 1911).

¹¹ A própria igreja católica toma posição sobre os malefícios que da emigração advêm para os seus «queridos diocesanos [que] na flor das suas idades vão encontrar [...] funesto fim». Texto da pastoral de 12 de Junho de 1872 da autoria de D. José Joaquim Azevedo e Moura, arcebispo de Braga, inserta em: *Brasil – Colonização e Emigração* (Augusto Carvalho, 1876).

como a rotação dos habitantes, fazem perder a memória daqueles que em certa altura foram bem lembrados.

Mas tome-se por exemplo a pequena localidade de Salreu (concelho de Estarreja, distrito de Aveiro), onde paira ainda a sombra onnipresente de Domingos José da Silva, 1.º visconde de Salreu. Qualquer dos habitantes do lugar indicará imediatamente onde se encontra a casa dos viscondes, situada no alto da freguesia: prédio senhorial de boa traça, com um brasão na fachada e sem outra característica das casas de «brasileiros» que as palmeiras que sobressaem do jardim, ligado à propriedade extensa, cercada de muros.

Também junto da igreja matriz, o monumento fúnebre e o jazigo de família. O principal, porém, não é o que já se referiu, mas a dimensão da obra social realizada: as escolas primárias que mandou construir e foram razão do título com que foi agraciado pelo rei D. Carlos (1907) e, sobretudo, o imponente edifício onde se situa o Hospital do Visconde de Salreu. A meio da encosta, dominando o vale, tem uma arquitectura de gosto seguríssimo, onde as cantarias de granito escuro bordejam a brancura das paredes. Painéis de azulejo azul e branco, com paisagens e temas portugueses e brasileiros, vestem as paredes de um imponente átrio. No jardim, um busto do 1.º visconde atesta a apreciação pública prestada em razão da sua obra benemérita.

Noutra localidade de maior dimensão, a vila de Santo Tirso, no distrito de Braga, outro nome ilustre que os Tirsenses ainda recordam: o do conde de São Bento, fundador de um Asilo Agrícola, de duas escolas, do Hospital da Misericórdia, do Clube Tirsense e da Fábrica de Santo Tirso e doador ainda de terras, de muitos outros subsídios e auxílios para obras em igrejas, manutenção do culto, etc.

Teve o conde de São Bento uma história que quase se poderia escolher para encarnar a figura do «brasileiro» rico, benemerente e respeitado.

Nasceu em Santo Tirso, em 1807, filho de modestos caseiros da Quinta de Poldrões, naquele concelho. Emigrou sozinho, com 11 anos, para o Brasil, numa viagem que se malogrou devido à pirataria ao largo da Madeira; um ano depois emigra novamente, tendo-se desta vez a viagem saldado por um naufrágio cerca da ilha de Marajó. Só veio a residir em Belém do Pará aos 30 anos, quando já reunira capital suficiente para se estabelecer por conta própria.

Enriquecido, visita Portugal desde 1866, aqui fixando residência definitivamente a partir de 1874. Da sua acção resultou a comenda de Vila Viçosa, posteriormente o título de visconde de São Bento e, enfim, o de conde de São Bento (1886). (Caldas Pereira, 1984.)

Uma das obras mais espectaculares de um «brasileiro» pertence a Joaquim Ferreira dos Santos, do Porto, melhor conhecido por conde de Ferreira. Embarcou em 1800, com 18 anos, para o Rio de Janeiro, sabendo-se que foi favorecido pela influência de um parente rico e que a casa comercial que dirigia tinha importantes transacções com Buenos Aires. Mais tarde fundou várias feitorias em África, onde se deslocou por três vezes. Em 1828 concorreu com importantes donativos para os emigrantes portugueses no Brasil; regressou a Portugal em 1834, viúvo e tendo perdido o seu único filho.

Até à sua morte (1886) fez numerosas contribuições para atenuar as dificuldades financeiras do governo de D. Maria II, o que lhe valeu o grau de comendador e os títulos nobiliárquicos de par do Reino (1842), de 1.º barão (1842), de 1.º visconde (1843), de 1.º conde de Ferreira (1850) e de fidalgo-cavaleiro da Casa Real.

É, no entanto, depois da sua morte, e por via do testamento que deixou, que se pode avaliar a extensão da riqueza que possuía e das obras que com ela en-

tendeu financiar. Destas destacam-se: a construção em Portugal de escolas primárias para ambos os sexos, incluindo habitações para os professores em 120 sedes de concelhos; uma nova enfermaria no Hospital de Santo António, no Porto; na mesma cidade, o Hospital de Alienados, que tem o seu nome; doações às Misericórdias do Porto e do Rio de Janeiro e a numerosos hospitais, asilos, colégios, irmandades, além de pensões para pessoas desamparadas e prémios para recompensar virtudes e dedicações¹². Os restos mortais do 1.º conde de Ferreira estão sepultados num sumptuoso mausoléu no talhão privativo da Ordem da Trindade, no Cemitério de Agramonte, no Porto, adornado com uma estátua em mármore de Carrara da autoria de Soares dos Reis.

Aos nomes que citámos poderiam juntar-se muitos outros, como o conde de Sucena, benemérito de Águeda; o conde Dias Garcia, de São João da Madeira; o barão de Joane (António Luís Machado Guimarães, de Vila Nova de Famalicão, pai de Bernardino Machado, duas vezes presidente da República Portuguesa); o do banqueiro Cândido Sotomaior (que deu origem ao banco do mesmo nome), e muitos mais. Esta enumeração apenas visa o propósito de pôr em correcta perspectiva alguns ilustres «brasileiros», em contraste com o retrato feroz¹³ que nos foi legado, essencialmente, pelos autores literários do romantismo. Muitos outros haverá, no entanto, que, por uma menor relevância de acções, não tiveram honras de biografia inserida nos nobiliários ou nas enciclopédias; mas, mesmo assim, não será muito difícil encontrá-los.

Quando um caminhar paciente nos faz percorrer as aldeias e vilas do Norte de Portugal, é frequente deparar-se-nos uma construção singular pelo porte, pelo destaque, pelo ornato ou pela cor¹⁴. Aqui, se despiremos as descrições camilianas da arquitectura dos «brasileiros», dos seus adjectivos e qualificativos de conteúdo mais negativo e mordaz, encontraremos afinal o auxiliar mais precioso de identificação visual¹⁵.

Um contacto discreto com a vizinhança permitirá ainda distinguir o original da cópia, ou seja, a casa de um verdadeiro «brasileiro» daquela que, para imitá-lo, terá sido erigida por um ricoço local que nunca viu terras de Santa Cruz.

Da memória das pessoas locais vêm conhecimentos ou recordações sobre as famílias que aí habitaram, ou habitam, ainda que episodicamente; frequen-

¹² Testamento do conde de Ferreira, Livro 8 de Registos de Testamento, Banco 6, n.º 31, Santa Casa da Misericórdia do Porto.

¹³ Comentários não menos depreciativos surgem ainda de autores como Ramalho Ortigão, 1872, que escreve:

[...] o brasileiro que traz ele à Pátria? Traz-lhe o dinheiro, a ociosidade a propensão para gozar [...]

¹⁴ [...] se lançarmos a vista sobre as cidades, vilas e aldeias, ali encontramos palácios sumptuosos, casas elegantes, casais cómodos, tudo edificado com o dinheiro que os emigrados de ontem trouxeram da emigração. [*Primeiro Inquérito Parlamentar*, (1873).]

¹⁵ [...] os chamados brasileiros [...] não têm, geralmente, outra aspiração senão a de poderem chamar seu a um cantinho da terra em que nasceram. [...] é certo que o brasileiro, mesmo que tenha nascido entre os trabalhos agrícolas, não volta, geralmente, a consagrar-se a eles [...] Pode afoitamente afirmar-se que, se em 1877 estavam inscritos na matriz predial 955 251 prédios urbanos e se em 1910, isto é, 33 anos depois, aparecem 1 365 483 prédios urbanos, grande parte desse considerável aumento deriva da acção benéfica do brasileiro, mais do que a revisão das matrizes. [Bento Carqueja, 1916.]

temente, sobre a origem dos capitais que permitiram essas construções, sobre os materiais preciosos que foram utilizados nos interiores, sobre a riqueza de desaparecidos recheios.

Algumas, habitadas e em bom estado, contrastam com as janelas fechadas, o mato no jardim e os telhados esventrados de muitas outras, indicando a incapacidade económica dos proprietários para recuperar e manter edifícios de dimensões consideráveis e localização incomodamente distante dos grandes centros urbanos.

Algumas outras destas casas de habitação vieram a conhecer diferente utilização, como centros culturais, juntas de freguesia e sedes de actividades de autarquia; ou foram transaccionadas para nelas se instalarem outras actividades mais prosaicas de comércio ou de serviços (José Carlos Loureiro, 1985).

Aquilo a que chamámos refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil assume ainda outras formas de vestígios materiais, que não a personalizada (aquela em que a autoria está indissolúvelmente ligada a uma pessoa bem identificada): casos existem que assumem a forma de iniciativas colectivas, representando interesses portugueses radicados no Brasil e que, mesmo de lá, entendem construir obras de mérito nas suas terras de origem, em particular, e em Portugal, na generalidade.

Como exemplo destas obras referimos quatro, de época, âmbito e natureza essencialmente distintos:

A oferta da colónia portuguesa de Manaus à povoação de Louriga, do concelho de Seia, na serra da Estrela, de um fontanário monumental, que ainda hoje mostra a inscrição comemorativa da dádiva (1908);

A criação do Hospital-Sanatório da Colónia Portuguesa no Brasil, em Coimbra¹⁶, por doação de terrenos, imóveis e bens móveis da Quinta dos Vales, feita pela Assistência da Colónia Portuguesa do Brasil aos Órfãos da Grande Guerra (1931). Pelo decreto segundo o qual o Governo Português aceita a doação, além daqueles órfãos e dos combatentes da Grande Guerra, têm admissão preferencial no Hospital os portugueses residentes no Brasil e os seus filhos, quando aqui residentes;

A iniciativa da Liga Propulsora da Instrução em Portugal, criada sob os auspícios da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, atribuindo o património reunido de 600 contos à construção de «edifícios escolares higiénicos e modernos nas terras mais afastadas dos centros principais e menos beneficiadas pelo ensino oficial» (1930?). Foram assim criadas, pelo menos, cinco escolas em Freixo de Numão, Vilar Formoso (distrito da Guarda), Camarneira, Avelãs de Caminho (distrito de Coimbra) e Rio de Moinhos (distrito de Viseu) (Nuno Simões, 1934);

Em tempos muito mais recentes, os naturais de Vila Cova à Coelheira (distrito de Viseu) emigrados para o Brasil, e principalmente residentes em São João de Meriti e Duque de Caxias, onde se dedicam ao comércio de alimentação (padarias), ofereceram à sua terra natal parte dos fundos para a construção de uma estátua de pedra em réplica do Cristo do Corcovado e que agora ali domina toda a paisagem, no alto da torre do relógio fronteiro à igreja (1974).

¹⁶ Actualmente conhecido por Hospital dos Covões, embora mantendo o nome original e em pleno funcionamento.

Os emigrantes dos nossos dias, regressados a Portugal ao cabo de maior ou menor permanência no Brasil, continuam a ser conhecidos pelos seus conterrâneos pela designação tradicional de «brasileiros»; e são-no também aqueles que apenas brevemente vêm visitar Portugal num curto período de férias.

A designação despiu-se, no entanto, da conotação de abundância que lhe estava associada no século passado, ficando «democratizada» como indicador trivial de um destino geográfico de emigração.

Porém, hoje, como há um século, o emigrante regressado tem prazer em assinalar o país que lhe deu guarida e trabalho: é frequente encontrar designativos comerciais relacionados com o Brasil em cafés e pastelarias, restaurantes, talhos, sapatarias e muitos outros estabelecimentos de maior ou menor dimensão espalhados por Portugal. A recolha de informação permite confirmar a estada no Brasil dos seus proprietários e, em geral, o reconhecimento ao país que os acolheu.

Nesse aspecto, nada se modificou, muito embora sejam outros os números, diferentes as razões de partida e de regresso, diversas as actividades, alternados os estatutos sociais. Os Portugueses do Brasil, se regressam, não são já os repatriados em miséria, nem os donos de colossais fortunas – em qualquer desses casos, desinseridos e salientes: mas sim aqueles que estão mais próximos de um sucesso médio que lhes satisfaz a moderação dos projectos.

Todos os outros que ainda pelo Brasil ficam, nem por isso menos influenciam o que se passa nas suas terras portuguesas, através de contactos pessoais estabelecidos directamente por visitas e das actividades então desenvolvidas, ou por via de correspondência, notícias e anúncios inseridos em jornais locais e regionais; por presentes, mesadas, subsídios vários. Da interacção que assim se estabelece entre locais de origem e locais de residência estão a enformar-se novos tipos de refluxos culturais, que se virão certamente a caracterizar e a instituir no futuro, do mesmo modo que, embora diferentemente, já aconteceu no passado.

BIBLIOGRAFIA REFERIDA NO TEXTO

- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio
1948 *Raízes do Brasil*, Liv. José Olímpio, Rio de Janeiro, 298 pp., 2.^a ed.
- CARQUEJA, Bento
1916 *O Povo Português*, Livraria Chardron, Lello e Irmão, pp. 427-428.
- CARREIRA, António
1917 *Angola: Da Escravatura ao Trabalho Livre*, Arcádia, Lisboa, 176 pp.
- CESAR, Guilhermino
1969 *O «Brasileiro» na Ficção Portuguesa*, Parceria A. M. Pereira, Lisboa, 155 pp.
- CORTÊS, J. Meneses
1958 *Migração e Colonização do Brasil*, Liv. José Olímpio, Rio de Janeiro, 130 pp.
- COSTA, Afonso
1911 *Estudos de Economia Nacional I – O Problema da Emigração*, Imprensa Nacional, Lisboa, pp. 80-81.
- COSTA, D. António
1874 *No Minho*, Imprensa Nacional, Lisboa, p. 273.
- DINIS, Júlio
1876 *Uma Família Inglesa*, Typographia do Jornal do Porto, Porto, 2.^a ed., 1870, p. 70.
1868 *A Morgadinha dos Canaviais*, Livraria Civilização Editora, Porto, s. d., p. 141.
- GOMES DE MELO, J. A.
1963 «Bandeirante», in *Dicionário de História de Portugal*, Iniciativas Editoriais, Lisboa, vol. 1, pp. 291-293.
- HERCULANO, Alexandre
1879 «A emigração, I carta», in *Opúsculos*, t. IV, Viúva Bertrand & C.^a, Lisboa, 1873, pp. 108-294.
- LIMA, Luís Magalhães de
1886 *O Brasileiro Soares*, Livraria Chardron, Porto, prefácio de Eça de Queirós, XXI pp.
- LOUREIRO, José Carlos
1985 *A Casa do Brasileiro*, comunicação apresentada no Congresso «Os Portugueses e o Mundo», Porto, 37 pp. (policopiado).
- MAGALHÃES GODINHO, Vitorino
1971 *Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, Arcádia, Lisboa, 241 pp.
1978 «L'Émigration Portugaise (XV-XX Siècles): Une constante structurale et les réponses au changement du monde», in *Revista de História Económica e Social*, n.º 1, Janeiro-Junho, pp. 5-32.
- MARTINS, Oliveira
1956 *Fomento Rural e Emigração*, Lisboa, Guimarães Editora, 285 pp.
- MOURA, D. José Joaquim Azevedo

- 1872 «Pastoral de 12 de Junho de 1872», in *O Brasil – Colonização e Emigração*, Augusto Carvalho, Porto, Imprensa Nacional, xvi, pp. 265-266.
- ORTIGÃO, Ramalho
1872 *As Farpas*, Companhia Nacional Editora, Lisboa, t. x, 2.^a ed., 1890, p. 90.
- PEREIRA, Maria Manuela Caldas
1984 *Conde de São Bento, Nome Ilustre de Santo Tirso*, Câmara Municipal de Santo Tirso, 24 pp.
- REVOREDO, Júlio de
1934 *Imigração*, Empreza Gráfica Revista dos Tribunaes, São Paulo, 326 pp.
- ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz
1983 «O regresso imaginado», in *Nação e Defesa*, n.º 28, Lisboa (separata), pp. 8-9.
- SERRÃO, Joel
1974 *A Emigração Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa, 245 pp., 2.^a ed.
- SIMÕES, Nuno
1934 *O Brasil e a Emigração Portuguesa*, Imprensa da Universidade, Coimbra, pp. 70-71.
- TEYSSIER, Paul
1893 «Le Personnage du Brésilien dans le Théâtre Portugais de la Deuxième Moitié du XVIII^e Siècle», in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XIX, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa/Paris, pp. 597-613.
- S. A.
1873 *Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa pela Comissão da Câmara dos Senhores Deputados*, Imprensa Nacional, Lisboa, p. 177; p. 9.
1978 *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. v, p. 56.

**Capitais dos distritos de maior emigração para o Brasil
(fins do século XIX, princípios do século XX)**

